



Ana Paula dos Santos



Universidade Federal do Ceará (UFC)

paulacrato99@gmail.com

Henrique Antunes Cunha Junior



Universidade Federal do Ceará (UFC)

hcunha@ufc.br

EXPERIÊNCIA EDUCATIVA EM COMUNIDADE QUILOMBOLA CARIRIENSE: PEDAGOGIA DE QUILOMBO

RESUMO

A experiência educativa relatada neste artigo faz parte de um trabalho de dissertação de mestrado, e foi produzida a partir da pedagogia de quilombo. Analisa como as relações entre os repertórios culturais da comunidade e a educação escolar podem contribuir para uma pedagogia ancestral. Os valores sociais, ancestrais e políticos protagonizam a história local. Os resultados mostraram, pela metodologia da pesquisa intervenção, pautada na afrodescendência, que o território em que a escola está situada faz parte do acervo patrimonial material e imaterial da cultura negra no Brasil. Neste sentido, a formação de professores quilombolas contribuiu para que a pedagogia de quilombo transgredisse o currículo tradicional de uma escola quilombola da região do Cariri, Sul do Estado do Ceará.

Palavras-chave: Pedagogia de quilombo. Formação de professores. Escola.

EDUCATIONAL EXPERIENCE IN QUILOMBOLA CARIRIENSE COMMUNITY: PEDAGOGY OF QUILOMBO

ABSTRACT

The educational experience reported in this article is part of a master's thesis, and was produced from the quilombo pedagogy. It analyzes how the relations between the cultural repertoires of the community and school education can contribute to ancestral pedagogy. Social, ancestral, and political values play a leading role in local history. The results showed that, by the methodology of the intervention research, based on the Afrodescendence, the territory in which the school is located, is part of the material and immaterial patrimonial heritage of black culture in Brazil. In this sense, the education of quilombola teachers contributed to quilombo pedagogy that transgressed the traditional curriculum of a quilombola school in the Cariri region, south of the State of Ceará.

Keywords: Pedagogy of quilombo. Teacher education. School.

Submetido em: 05/10/2018

Aceito em: 27/03/2019

Ahead of print em: 09/04/2019

Publicado em: 25/04/2019



<http://dx.doi.org/10.28998/2175-6600.2019v11n23p583-597>



I INTRODUÇÃO

Os territórios quilombolas requerem escolas que garantam a valorização das práticas culturais da comunidade, que façam uma relação com os seus modos próprios de ver o mundo, com suas vivências culturais positivadas dentro de um contexto histórico, diferente da ideia colonialista de currículo.

O presente trabalho trata de uma pesquisa em um território quilombola caririense, com especificidades antropológicas, históricas, políticas e sociais, habitado por uma população específica com história particular, que se relaciona com a resistência quilombola no Brasil - território marcado por luta e sobrevivência, patrimônio material e imaterial do Cariri Cearense. Tem uma população com resistência histórica, sujeitos sociais de direitos, que busca a demarcação de suas terras, o reconhecimento e a valorização do seu patrimônio ancestral.

Sobre os estudos produzidos na região do Cariri, a respeito da população negra quilombola do campo, o Grupo de Valorização Negra do Cariri lançou, em 2011, em parceria com a Cáritas Diocesana de Crato, a “Cartilha Caminhos, Mapeamento das comunidades Negras e quilombolas do Cariri Cearense”, momento em que visitou vinte e cinco comunidades em quinze municípios, produzindo um curta metragem com informações importantes para a população quilombola do Cariri.

Em 2003, a Lei 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação 9.394/96, no artigo 26-A institui que os estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares tornem obrigatório o ensino sobre História Africana e Cultura Afro-Brasileira. A referida lei foi alterada em 2008 pela Lei número 11.645, momento em que foi acrescentada a história indígena e foi incluído, no calendário escolar, o 20 de novembro como o dia nacional da consciência negra, em alusão ao dia da morte de Zumbi, um dos líderes do quilombo de Palmares.

O movimento negro quilombola vem caminhando nesse percurso na luta por uma educação diferenciada. A Lei 10.639/03 não está dissociada das questões quilombolas, na verdade, o currículo das escolas quilombolas a têm como ponto de partida, embora as reivindicações quilombolas sejam bem mais complexas, pois ultrapassam o que comunica a referida Lei, incorporando outras demandas, como o direito à terra e à saúde.

Diante do exposto, a educação escolar quilombola foi regulamentada no cenário educacional brasileiro há pelo menos seis anos e foi incluída no sistema de ensino como modalidade da Educação Básica no ano de 2012.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola foram instituídas pela Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012, homologada pelo parecer CNE/CEB nº 16/ 2012. Elas orientam a educação nos territórios remanescentes de quilombo, neste sentido traçam uma trajetória de reconhecimento educacional à população negra nesses territórios e apontam o início de uma modalidade

que deve ser garantida pelas políticas afirmativas, sendo importante a formação dos professores, o acesso a materiais específicos, infraestrutura das escolas, a relação com o território e o acesso a direitos historicamente negados.

Dessa forma, o currículo, no contexto da educação escolar quilombola, deve dialogar com os conhecimentos da comunidade, levando em consideração os seguintes elementos: a memória coletiva; as línguas reminiscentes; os marcos civilizatórios; as práticas culturais; as tecnologias e formas de produção do trabalho; os acervos e repertórios orais; os festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; e a territorialidade.

Foi a partir desses elementos que ocorreu o trabalho de aquilombamento, em uma formação docente na escola municipal quilombola Maria Virgem da Silva, situado no quilombo rural Carcará, município de Potengi na região do Cariri, sul do estado do Ceará. Neste sentido, o estudo foi pensado para fortalecer as relações dos repertórios culturais da comunidade com a educação escolar, com o objetivo de realizar um trabalho formativo no próprio local do quilombo, pensando a formação do professorado a partir da pedagogia de quilombo, ou seja, tendo como ponto de partida os conhecimentos ancestrais da memória coletiva da própria comunidade, a ideia foi territorializar a escola dentro desse contexto de africanização do currículo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A abordagem assumida neste artigo considera o quilombo dentro de um conceito descolonizado. Desta maneira, sai da ideia de perceber esses territórios como local de fugitivos, embora a história oficial os pense sempre a partir dessa relação. O sentido com o qual trabalhamos expressa os quilombos como territórios negros em que a população quilombola mantém visões de mundo e práticas culturais que tem sua memória vinculada à ancestralidade africana e afro-brasileira.

Essa dinâmica de pensar o território quilombola dentro de uma construção histórica, política, social e ancestral transforma, uma vez que, essas populações que habitam esses espaços tem uma relação constante com o patrimônio material e imaterial da cultura negra como base de suas existências.

O quilombo tem uma relação com o sentido de nação rigorosamente africana e banto. Uma nação aculturada é uma rede de relações que o banto estabelece em África, entre as várias etnias, está fundamentado na própria raiz da língua banto, em uma relação de pessoa para pessoa, que se comunicam através daquela raiz que se conhecem entre si (ORÍ, 1989).

Os quilombos fazem parte desse grupo social que tem sua formação populacional no patrimônio material e imaterial da África. Neles estão implicados os valores do continente, as cosmovisões e filosofias africanas, por isso, adotamos a metodologia da afrodescendência que considera as localidades, o particular,

e não o geral, como as chamadas ciências tradicionais fazem. Evitamos generalizações. O professor Henrique Cunha Junior (2013, p. 4) nos explica que:

As histórias das populações africanas são compreendidas pela ação interdisciplinar entre as diversas ciências humanas. As histórias dos grupos humanos são profundamente dependentes das localidades, das potencialidades dos lugares e da intervenção dos grupos humanos nestes lugares. O conceito de Afrodescendência toma em consideração esta necessidade de complexidade e de territorialidade vinda do pensamento africano.

A conceituação de território se desdobra num sentido que transborda o entendimento de espaço físico, abrange também aspectos políticos, sociais, identitários e históricos. Ressaltamos que a problemática que envolve a terra, como espaço físico, é extremamente importante para as comunidades quilombolas por ser fonte de subsistência, é o que garante aos povos remanescentes a existência material e a reprodução de suas práticas culturais.

As populações africanas, na sua maneira própria de existir, experimentam e vivenciam o conceito de território através da ancestralidade, na verdade os seus lugares acabam se revestindo do sagrado e tornando o território cheio de construções que fazem sentido (SOUZA, 2016).

E a ancestralidade é a fonte de onde brota os princípios fundamentais da tradição africana, uma vez que foi ela o elemento organizador das práticas sociais e rituais dos afrodescendentes no Brasil, de modo que valoriza as singularidades que emergem de cada território (OLIVEIRA, 2006).

Território e identidade estão também implicados nessa respectiva de poder, pensar quilombo nos coloca o tempo todo na relação com esses dois aspectos, visto que interfere na transformação do espaço geográfico, no pertencimento dos sujeitos, nas atividades socioeconômicas, na vida social e nos conflitos. Nas comunidades quilombolas, as questões de identidade têm sido princípio fundamental na conquista de políticas públicas e, inclusive, para a demarcação da terra.

Identidade e educação protagonizam um diálogo constante se tratando de quilombo, uma vez que estamos entendendo educação no seu sentido amplo e territorial, tratada pelo nosso eixo de pesquisa sociopoética, cultura e relações étnico-raciais, linha dos movimentos sociais, educação popular e escolar da Universidade Federal do Ceará, a partir da compreensão da territorialização do lugar.

Isso significa que o nosso trabalho está atento ao sentido que o território e a identidade têm para a educação escolar quilombola, ou seja, em como os repertórios culturais ancestrais são importantes e fazem sentido para o currículo da escola. Os marcadores de ligação com a ancestralidade expressados pelas festividades, pela forma de como esses povos lidam com a terra, com a água, com o sagrado e com as visões de mundo são um elo que dá significado ao sentimento de pertencimento ancestral.

Neste sentido, pensar uma educação territorializada, com base na cultura afrodescendente é, primeiro que tudo, olhar para as localidades e ao mesmo tempo perceber as relações que os princípios de africanidades têm produzido no processo de ocupação do território pela população negra.

Desse modo, a educação produzida pelas comunidades quilombolas tem seus valores e significados que questionam diretamente a educação colonial praticada nas escolas do seu entorno, assim como as lacunas da Lei 10.639/2003. No entanto, ela só terá impacto na ambiência escolar se for utilizada de maneira crítica, como um projeto transgressor que visa transformar a dimensão política, social, histórica, ética e epistêmica da educação.

Portanto, estamos considerando que pedagogias de quilombo, do ponto de vista étnico quilombola, olha para as especificidades históricas, antropológicas, identitárias, culturais e sociais dos sujeitos. A escola não deve se isolar do contexto a qual pertence, na verdade ela é parte do todo que a integra. A educação escolar quilombola deve ser compreendida como um instrumento de direito a ser acessado pelos quilombolas, que não se dissocia do direito à terra e à saúde, à demarcação de terras e às políticas públicas que assegurem suas permanências nesses espaços.

É uma pedagogia que emerge da comunidade e, a partir dos conhecimentos produzidos por ela, tem a força de transformar o currículo. Isso ocorre quando a escola compreende, em todos os sentidos, que o território em que está situada faz parte de um acervo dinâmico do patrimônio material e imaterial da cultura negra no Brasil, em que o fator preponderante é a questão étnica.

Pedagogia de quilombo são os repertórios culturais que a comunidade produziu e produz na dinâmica social, com uma relação estritamente ligada à vida e aos conhecimentos transportados da África e que continuam presentes no cotidiano coletivo da comunidade, seja na relação com a terra, com a história que lhes fundamenta, seja com a identidade negra e com o território.

Nessa construção, é a escola que é afetada pelo seu entorno no sentido comunitário. Ela muda porque começa a compreender que não está neutra dos processos hegemônicos que a formaram. E não somente isso, reflete que os grupos marginalizados, excluídos e discriminados, na verdade, ocupam lugares subalternos por fazerem parte de um projeto de colonização que os invisibilizou da produção epistemológica de conhecimentos.

Em primeiro lugar, para que a pedagogia de quilombo se efetive verdadeiramente em escolas quilombolas é necessário um continuado trabalho com a formação da identidade dos professores que atuam nesses espaços. Isso deve ser feito a partir de um movimento formativo que envolva a comunidade escolar, pesquisadores que entendam da temática, além do movimento social negro e, sobretudo, a comunidade local.

Em segundo lugar, os próprios professores e núcleo gestor devem, a partir disso, criar suas próprias metodologias que priorizem a pedagogia de quilombo, por isso é tão importante para a formação dos mesmos. Precisam entender que os quilombolas são sujeitos de sua própria história e a valorização disso no cotidiano escolar permite que a escola se transforme em uma potência existencial dentro da comunidade.

A escola torna-se um lugar que se quer estar, porque ela deve ter uma ambiência agradável, em que os que a frequentam possam se sentir representados pela cultura que lhes forma, e não estrangeiros dentro de sua própria localidade.

Quando a pedagogia de quilombo adentra a escola transforma não só o ambiente pedagógico, mas os estudantes que terão o reconhecimento e a valorização das práticas ancestrais, que fazem parte do seu enredo coletivo existencial. Assim, o entusiasmo de pertencer àquele grupo lhe é muitas vezes devolvido, algo negado pela estrutura do racismo.

Neste sentido, a pedagogia de quilombo, ao atingir o currículo, promove um movimento de troca recíproca entre a escola e a comunidade, pois, ao mesmo tempo em que transforma o espaço escolar, também é modificado por ela, na medida em que a compreensão de si próprio se amplia, pois, estabelecendo uma relação com a diáspora negra, a comunidade acaba sendo fortalecida naquilo que já a forma.

Acreditar em uma pedagogia que transforma a maneira que o professor olha para a escola, para a comunidade e para os estudantes é crer que o entusiasmo de fazer diferente brota do entendimento político pedagógico de que a escola é também transgressora, no sentido de romper com as epistemologias hegemônicas que conduzem a escola a um fracasso de memorizações exacerbadas e aprendizagens desvinculadas de sua realidade social.

3 METODOLOGIA

A metodologia se insere na análise qualitativa a qual foi realizada em uma primeira fase, através de revisão literária e, em segundo, pela pesquisa intervenção na abordagem metodológica da afrodescendência - conceito que se preocupa com a territorialidade do pensamento africano, com base nas experiências dos grupos sociais, cujas origens são da África.

A pesquisa foi realizada por meio de encontros formações com a comunidade escolar do quilombo Carará em Potengi, na Escola Maria Vigem da Silva. O aquilombando, em uma matriz africana de currículo, debateu sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola (2012), bem como a temática africana, afro-brasileira com foco nos quilombos.

Buscamos, durante todo o processo, o aprofundamento nas literaturas para entender os questionamentos levantados sobre as necessidades reais da educação escolar quilombola no Cariri Cearense e sobre a presença negra na região a partir da formação dos quilombos.

A metodologia da pesquisa se inspira na intimidade com a cultura africana, com a qual nos colocamos dentro da pesquisa, pois o pesquisador não vai aprender sobre uma cultura ou modo de vida

que não tenha uma relação consigo mesmo. Na verdade, o pesquisador busca trabalhar dentro da sua própria cultura e com os problemas que afetam sua própria existência (CUNHA, 2006).

A pesquisa é também do tipo bibliográfica, porque foi preciso uma base teórica para desenvolver o trabalho, e fizemos isso na abordagem da afrodescendência, com um olhar diferenciado para os sujeitos pesquisados. Para nós, são eles os protagonistas da história, pois intentamos valorizar a memória coletiva da população negra do Brasil. Este tipo de pesquisa, que leva em consideração as singularidades das africanidades, tem sido feito por militantes e pesquisadores, que evidenciam os elementos de matriz africana na maior população negra fora do continente africano.

A pesquisa bibliográfica pode ser considerada como um procedimento formal reflexivo que constitui o caminho para se conhecer a realidade. Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas (MARCONI; LAKATOS, 2013).

As nossas fontes partem do campo da afrodescendência, os dados são as realidades da população negra e entendemos que não existem verdades únicas, e queremos

[...] aqui afirmar uma existência afrodescendente polifônica, cada um de nós é um mundo, do ponto de vista político, para afirmação dos nossos direitos historicamente desrespeitados, somos um grupo, não biológico, como outrora se afirmava, mas sociológico, histórico, social, nós os afrodescendentes, temos uma diversidade na unidade, marcada por nossas trajetórias pessoais (SOUSA, 2015, p.65).

A afrodescendência concentra-se na intervenção da realidade e na transformação social, cultural, econômica e política das relações étnicas da população negra. Insere-se no espaço geográfico local, não tem uma teoria geral, reconhece que a experiência de quem pesquisa, se relaciona com o local pesquisado, por ser uma escrita de nós mesmos (CUNHA, 2012).

Neste sentido, o trabalho que realizamos na escola parte da pesquisa intervenção, cuja ideia é de que o pesquisador social se assume como agente de mudanças que surgem da variação da pesquisa ação. É um dispositivo de intervenção, no qual se afirma no ato político e tem a possibilidade de ser pensado como um caminhar mútuo. No plano dos acontecimentos deve guardar sempre o teor do ineditismo da experiência humana (PAULON, 2004).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES: AFRICANIZAÇÃO DO CURRÍCULO A PARTIR DE PEDAGOGIAS DE QUILOMBO: AQUILOMBANDO EM UMA FORMAÇÃO DOCENTE

Historicamente, a cultura curricular escolar no Brasil tem sido balizada por concepções tradicionais e eurocêntricas, provocando, muitas vezes, um isolamento entre a escola e a realidade local, principalmente quando se está no cerne dessa cultura: a quilombola. Tomando como referência essa

problemática, é importante que os currículos das escolas quilombolas sejam questionados e, ao mesmo tempo, encontrar estratégias pedagógicas que possibilitem um diálogo entre os conhecimentos produzidos pela comunidade e a escola.

Neste sentido, é possível que o currículo ganhe uma outra dimensão na medida em que se reconhecem os conhecimentos, valores, história, resistência e a cultura das pessoas que constroem a comunidade. Isso quer dizer que, a tradução desse processo de reconhecimento será exposta, vivida, sentida e concretizada na prática pedagógica do professorado. E o que a nossa experiência com a pesquisa intervenção tem revelado, até como denúncia dos professores, é a ausência de formação pedagógica específica que pense o currículo escolar quilombola.

E para lembrarmos, a discussão acerca da educação, no que se refere à inserção da História e Cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares, é pauta do movimento negro já há alguns anos. Este pode ser percebido de maneira mais eficaz desde a década de setenta do século passado, quando vem-se lutando contra o descaso para com os temas que tratam da população negra e afrodescendente nos currículos e materiais pedagógicos (OLIVEIRA, 2016).

Pensando a partir disto, temos insistido, através da nossa experiência com a pesquisa intervenção, que os professores que atuam em comunidades quilombolas precisam de uma formação pedagógica que pautas as especificidades culturais quilombola, ou que nas formações já existentes, oferecidas geralmente pelas Secretarias de Educação locais, contextualizem suas realidades étnicas - é o que tem sugerido alguns professores quilombolas dos quais temos contato.

Entendemos que não basta só a iniciativa de alguns professores, em datas pontuais, desenvolver o trabalho com a temática racial e/ou quilombola, embora relevantes, ou o projeto de uma professora ou professor militante negro realizando atividades com a sua turma, ficando a cargo da escola se envolver ou não. Com isso, queremos dizer, que é necessária uma política municipal, ou seja, o sistema educacional precisa assumir de forma efetiva essa responsabilidade.

Formações que possibilitem o acesso a informações e ao conhecimento sobre as relações étnicas, racismo, preconceito racial e a educação em quilombos, favorecem a mudança de mentalidade de educandos e professores. Assim sendo, é indispensável que todos os envolvidos com a escola, incluindo os técnicos, professores e funcionários operacionais, que trabalham em escolas de comunidades quilombolas, recebam formações específicas, para que assim sejam resguardados traços de sua história e cultura como fonte de conhecimentos (VIDEIRA, 2010).

Temos pensado na desconstrução de formações que não dialogam com esses conhecimentos que estão articulados com a memória coletiva e a ancestralidade. E, ao mesmo tempo, construir um outro tipo de prática que tenha relação com as experiências dos sujeitos sociais que estão historicamente em cena com práticas educativas que a escola não tem considerado e legitimado como conhecimento.

Isso porque a escola e seu professorado estão ainda muito preocupados, assim como as universidades que os formam, com pedagogias que priorizam uma epistemologia situada na descrição científica do desenvolvimento da criança, com vistas a sua adequação e inserção no processo educacional centrado na coordenação do desenvolvimento humano e na formação dos conceitos (SODRÉ, 2012).

Não há problema algum que a escola trate o desenvolvimento da criança pautado na formação de conceitos. O que é questionável e é um dever nosso questionar, é de que ordem está fundamentada a matriz ideológica que guia esses conceitos. A questão é: quais pedagogias são usadas na transmissão dos conhecimentos e quais são os conteúdos que são considerados como uma produção socialmente construída pela humanidade?

A descolonização do conhecimento e a refutação de uma neutralidade epistemológica são fundamentais para uma reflexão de como a linguagem dominante pode ser usada como forma de manutenção do poder, uma vez que exclui sujeitos e suas formas de produção de conhecimento de um sistema educacional mais justo. Neste sentido, a africanização do currículo, a partir das próprias pedagogias de transmissão de conhecimento produzidos pelos quilombos, são importantes para a escola.

A proposta de africanização do currículo começa com a formação dos professores, pois são estes quem darão sentido as suas práticas pedagógicas. Transformar o currículo, com a responsabilidade do entendimento que a escola é parte de uma totalidade social, por isso deve garantir aos sujeitos que a frequentam o direito a uma formação contextualizada e indissociável da vida.

Não adianta ter a escola e esta ser guiada por uma pedagogia colonizadora. As comunidades quilombolas sempre produziram formas de conhecimentos, no entanto, dentro da estrutura do racismo epistêmico, acabam sendo desconsideradas. Por isso julgamos pensar na compreensão de uma pedagogia ampliada, em que todos os sujeitos são contemplados, todos estão em uma relação de formação, no sistema que todos são parte e as partes formam o todo. Com isso temos a pretensão de descobrir as problemáticas surgidas da realidade social, com a intenção de solucioná-las (DOMINGOS, 2011).

Por isso, ao iniciar as formações com os professores, as questões da identidade, território e os processos invisíveis e discriminatórios experimentados pela população negra e quilombola fizeram parte no tratamento dos conteúdos referentes a isso. Ressalta-se que a participação e colaboração das pessoas da comunidade, do Grupo de valorização Negra do Cariri Cearense – GRUNEC, da Rede Cidadã de Educação e da Cáritas Diocesana de Crato foram fundamentais para a viabilização dos encontros.

O primeiro encontro ocorreu com os docentes no dia 12 de dezembro de 2016. Foi uma reaproximação com a escola, com os professores e com núcleo gestor, momento oportuno para esclarecer quais os objetivos do trabalho que iríamos iniciar. Aproveitando o retorno à escola Maria Virgem da Silva, optamos por realizar uma observação do cotidiano da escola e ver dados sobre o funcionamento. No encontro com o grupo de professores, apresentamos a proposta sobre o início da formação

pedagógica, sobre educação escolar quilombola, no intuito da construção do projeto de um currículo que pensasse o repertório local.

Apresentamos as nossas experiências como professor da educação básica, com a implementação da Lei 10.639/03. Os professores demonstraram pouco entendimento. Nós mostramos que já havíamos realizado projetos sobre a temática nas escolas onde trabalhávamos, e que o interesse por esse tema ultrapassava os objetivos da pesquisa em curso. Dissemos que essa temática tinha uma relação pessoal e que era urgente pensarmos, enquanto profissionais da educação, metodologias que dessem conta do ensino da história africana e afro-brasileira no currículo escolar. Isto porque o silenciamento desses conteúdos em sala de aula afeta a construção da identidade de crianças negras e não negras. Além disso, a escola necessitava assumir essa responsabilidade, junto à sociedade em geral.

Os quadros abaixo contextualizam, de forma prática, três das seis formações realizadas com o grupo de onze professores, incluindo a diretora e a coordenadora do corpo docente, sem incluir numericamente os comunitários quilombolas e o movimento negro local, que participaram de todas as formações. Para este trabalho não estamos colocando o momento da realização do I Encontro sobre Educação Escolar Quilombola do Cariri Cearense, nos dias 1 e 2 de julho de 2017 no espaço da referida escola, que fez parte dos momentos formativos, uma vez que não será possível tratar desse assunto neste trabalho.

Quadro 1: Formações africanização do currículo a partir de pedagogias de quilombo: aquilombando em uma formação docente

Tema	Atividade	Recursos didáticos/materiais
Os negros não se deixaram escravizar, temas para as aulas de história dos afrodescendentes (autor: Henrique Cunha Junior, disponível em/; https://www.geledes.org.br/planos-de-aula-os-negros-nao-se-deixaram-escravizar/)	Debate dos tópicos do texto a partir de imagens expostas no <i>Datashow</i> .	<i>Datashow</i> ; Vídeo “O segredo de Oxum”; Impressões da letra da música “História do Brasil” de Edson Gomes.

Fonte: a autora, 2018

A primeira formação quilombola abordou o assunto a partir de reflexões feitas no texto “Os negros não se deixaram escravizar, temas para as aulas de história dos afrodescendentes” (CUNHA, 2007). Iniciamos com o vídeo: “O segredo de Oxum”, que conta o mito da origem da vida a partir da religiosidade de base africana.

A mensagem do vídeo nos faz refletir sobre nossa ancestralidade africana, nos faz pensar que a história da população negra no Brasil é diferente do que conta os livros didáticos e que precisamos nos reconectar com a África. A passagem abaixo, um trecho da mensagem do vídeo, exemplifica positivamente o legado cultural africano.

Somos parentes de homens e mulheres que desenvolveram a escrita, a astrologia, a numerologia, as ciências e as pirâmides. Somos fruto de um povo que desenvolveu as técnicas agrícolas e que

domina a medicina alternativa. Somos frutos de um povo que conhece as folhas e como despertar o poder delas. Nosso povo sabe estar no Aiyê (terra) sem perder a essência do Orum (céu) (ANDRADE, [s.d]).

Depois de ver o vídeo, com o uso das informações impressas, fizemos uma reflexão sobre os sentidos e significados da mensagem, na sequência cada professor fez um breve comentário. Dentre os comentários, exemplifico brevemente alguns relatos como, por exemplo, uma professora pontuou que só conhecia da África a história da escravidão, e que nunca tinha participado de nenhuma formação que pensasse esse tema.

Passados os comentários, propusemos, ao ritmo da música “História do Brasil” de Edson Gomes, que movimentássemos nosso corpo, refletindo sobre as duas realidades da população negra trazidas no vídeo e na música, que trata do período do escravismo criminoso e que, por isso, a população negra ocupa lugares subalternos na sociedade.

Quadro 2: Formações africanização do currículo a partir de pedagogias de quilombo: aquilombando em uma formação docente

Tema	Atividade	Recursos didáticos/materiais
Formação pertencimento quilombola (Autora: Cláudia de Oliveira Silva) Dissertação disponível em: http://www.repositoriobib.ufc.br/00002c/00002c18.pdf	Confeção coletiva do pano de pente.	Tecidos brancos com metragem de 1,5m de largura e 2m de comprimentos; Tintas para tecidos nas diversas cores; Pincéis para pintura em tecido

Fonte: a autora, 2018

Convidamos a professora Claudia de Oliveira da Silva, que trabalha com o pertencimento étnico quilombola e que realiza, com a caravana quilombola de Caucaia em Fortaleza, um trabalho com professoras no município mencionado. A presença dela foi importante em virtude do seu depoimento sobre as dificuldades e desafios da comunidade dela em relação à educação escolar quilombola.

O trabalho parte da sua dissertação de mestrado, que é intitulada “Construindo o pertencimento afroquilombola através das contribuições pretagogia no quilombo de Serra do Juá – Caucaia-CE”. Dentre as diversas atividades que utilizou no seu trabalho de afro-empoderamento da identidade quilombola a qual pertence, se encontra a do pano de pente. Ela frisa, na dissertação, que o pano de pente é confeccionado em bandas de tecidos, em um tear tradicional fabricado por homens tecelões das etnias papel e manjacos, que são povos tradicionais de Guiné-Bissau. Todos usam os panos de pente, homens e mulheres, sejam do campo ou da cidade (SILVA, 2016).

O pano de pente tradicional, depois que fica pronto, ganha acabamentos e são as mulheres que se encarregam de fazer com bordados, tingimentos ou apenas costurando as extremidades das bandas do tecido. Os tecelões guineenses têm habilidades impressionantes da tradição da tecelagem do pano e as estampas são criadas a partir de inspirações que vão do ambiente da natureza, assim como de

acontecimentos das vidas das pessoas, o que permite a criatividade das estampas, cores e motivos de cada um a serem confeccionados (SILVA, 2016).

A formação se deu a partir da contextualização histórica, dos usos e sentidos da confecção do pano de pente. É um tipo de tecido originário da Guiné-Bissau onde é confeccionado em um tear artesanal e faz parte da sua tradição mais antiga. Este tecido se divide entre 4 a 13 pedaços, com largura entre 7 e 21 centímetros e chega a medir muitos metros de comprimento

Os panos de pente não caem em desuso por fazerem parte do patrimônio material e imaterial da África, é possível encontrar as peças em várias regiões do continente, presentes nos vestuários em ocasiões como rituais fúnebres, casamentos tradicionais, moda, política e como artigo de decoração.

Na continuidade da atividade, os moradores, os professores, os integrantes do GRUNEC e RECID e as crianças que participavam desse encontro, foram interrogados sobre quais eram os elementos que formavam a história de Carcará. As vozes eram complementadas, umas com as outras, formando um conjunto de fatos que deram início à história da comunidade. Feito isto, foram disponibilizados pedaços de tecido, tinta e pincéis para que eles construíssem a sua própria identidade histórica no pano de pente e, assim, fossem atribuindo seus próprios significados.

Essa formação teve um caráter significativo para a comunidade escolar em geral, pois as gerações ancestrais se encontraram, num momento pedagógico, para conversarem sobre a história que fundamenta suas vidas. Essa deve ser a relação que a escola deve estabelecer com a comunidade, para que as crianças e os moradores se sintam como parte do currículo da escola. A escola não é uma ilha isolada, ela concebe o conhecimento acumulado pela humanidade, no entanto, é necessário questionar quais princípios norteiam os conteúdos que compõem o currículo.

Quadro 3 Formações africanização do currículo a partir de pedagogias de quilombo: aquilombando em uma formação docente

Tema	Atividade	Recursos didáticos/materiais
Geografia quilombola: território e cartografia local	Conversa dialogada sobre os aspectos geográficos da comunidade.	<i>Datashow;</i> Música "canto para o Senegal" impressa; Slides com imagens da geografia local.

Fonte: a autora, 2018.

Iniciamos a formação sobre a geografia quilombola com a música "Canto para o Senegal" da banda Reflexu's da década de 1980. A escolha dessa música se deu pelo fato da letra trazer elementos culturais e geográficos da África, pois, para se ter uma compreensão da cartografia quilombola e como ela se organiza, é necessário ter um conhecimento sobre esses mesmos aspectos do continente africano.

Após dançarmos, lermos e observarmos as imagens da referida canção, os professores identificaram no texto da letra da música os elementos geográficos da África e relataram as possibilidades metodológicas do trabalho a ser realizado a partir do que foi experimentado naquele momento.

Nessa atividade, os professores da escola e os moradores tiveram uma participação singular. Na medida em que íamos mostrando o mapa da comunidade e os seus modos de vivências, produção das formas de trabalho e tecnologias, iam reconhecendo-se nas imagens, contribuindo com suas memórias, relatando como a escola ainda precisa conhecer mais sobre seu entorno para realizar um trabalho concreto que parta dos conhecimentos ancestrais da comunidade.

5 CONCLUSÃO

A escola precisa rever seu currículo e procurar dialogar com todo o repertório existente nos territórios quilombolas, buscando estratégias educacionais que busquem visibilizar a história da comunidade, conectando-os com o seu passado, relacionando-os com a diáspora africana, assim como trazer os aspectos da realidade quilombola na atualidade dentro da sociedade como um todo.

Didaticamente, no marco civilizatório dos quilombos, nos festejos, na dança, nas cantigas e na relação com a terra, existe uma abordagem educacional que o sistema de ensino precisa reconhecer como caminho metodológico e consagrá-lo como conteúdo importante, com a possibilidade de fortalecer as identidades do público que recebe: os quilombolas.

Diante dos desafios postos às escolas sobre o que ensinar, muito embora a organização curricular já esteja dada, é possível que nós, docentes, reflitamos e nos questionemos sobre os conhecimentos escolares que nos chegam prontos. Devemos pôr em questão, principalmente, seu viés ideológico e político e, principalmente, em qual perspectiva estão colocados, na do colonizado ou na do colonizador, ou seja, a partir de quais configurações está permeada a nossa prática pedagógica? O que observamos nos últimos anos é o avanço de um conservadorismo social, histórico, político e ideológico, e, não só, mas também, curricular e isso é algo que deve perturbar o nosso sono, porque fere o direito de existir tal qual como se é.

Reconhecer nas comunidades quilombolas suas pedagogias ancestrais é valorizar suas narrativas históricas, mas é também trazer com um maior destaque suas resistências e contextos ligados a territorialidade, conflitos, identidade, conhecimento e suas formas de existência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo de. O segredo de Oxum. *Jornal Folha Popular*, edição 11, [s.d.].

CUNHA, Jr. Henrique Antunes. **Metodologia afrodescendente de pesquisa**. Texto de trabalho na disciplina de Educação Gênero e Etnia na perspectiva dos Afrodescendentes – 2006. 1. Disponível em:

<http://afrodescendentes-sjb.blogspot.com.br/p/medologia-afrodescendente-de-pesquisa.html>. Acesso em: 12 agosto de 2017.

CUNHA, Jr. Henrique Antunes. Os negros não se deixaram escravizar - Temas para as aulas de história dos afrodescendentes. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, [S.l.], ano VI, v. 69, fev. 2007. ISSN 1519.6186.

CUNHA, Jr. Henrique Antunes. Quilombo: patrimônio histórico e cultural. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**, [S.l.], ano XI, v.129, p. 158 -167, fev. 2012. ISSN 1519.6186.

CUNHA, Jr. Henrique Antunes. Críticas ao pensamento das senzalas e casa grande. **Revista Eletrônica Espaço Acadêmico**. [S.l.], ano XVII, v. 150, nov. 2013. ISSN 1519.6186.

DOMINGOS, Reginaldo Ferreira. **Pedagogias da transmissão da religiosidade africana na casa de candomblé labasé de Xangô e Oxum em Juazeiro do Norte-CE**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

GRUPO DE VALORIZAÇÃO NEGRA DO CARIRI (GRUNEC); Cáritas Diocesana do CRATO. **Caminhos mapeamento das comunidades negras e quilombolas do Cariri Cearense**. CRATO: GRUNEC; Cáritas Diocesana do CRATO. 2011. (Cartilha).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos**. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Alexsandra Flávia Bezerra de. **Feira livre de Bodocó como espaço educativo das africanidades bodocoenses**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

OLIVEIRA, David Eduardo de. **Cosmovisão africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

ÔRÍ. Direção: Raquel Gerber. Narração e autoria do texto de locução: Beatriz Nascimento. São Paulo: Angra Filmes, 1989. (91 min), son., color., 35mm.

PAULON, Simone Mainieri. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção *In*: Conferência Internacional do Brasil de pesquisa qualitativa (CIBRAPEQ- Taubaté), 1., 2004, Taubaté. **Anais [...]** São Paulo: Tec Art Editora Ltda., 2004.

SOUSA, Kássia Mota de. **Por onde andou nossa família: veredas e narrativas da história de afrodescendentes no pós-abolição**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SOUZA, Juliana de. **Memórias e histórias negras da cidade de Carapicuíba-SP: uma abordagem para a educação escolar**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SILVA, Cláudia de Oliveira da. **Construindo o pertencimento afroquilombola através das contribuições da pretagogia no quilombo de Serra do Juá – Caucaia/ CE**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza 2016.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. Petrópolis: Vozes, 2012.

VIDEIRA, Piedade Lino. **Batuques e ladainha: a cultura do quilombo do Cria-u em Macapá e sua educação.** 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.